

**UTILIZAÇÃO DE RECURSOS CULTURAIS PARA O PLANEJAMENTO DE UM  
TURISMO SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE REGIONAL**

**Pedro de Alcântara Bittencourt César<sup>1</sup>**

**Beatriz Veroneze Stigliano<sup>2</sup>**

**Fabio Ricci<sup>3</sup>**

**Resumo:** Abordam-se os atrativos culturais do Vale do Paraíba sob o enfoque da utilização para um turismo sustentável. Dá-se ênfase, principalmente, a suas reproduções do período imperial. A pesquisa apresenta, como conflito inicial, que a informação gerada para o visitante tem desvalorizado o estatuto de identidade do lugar. Verificam-se as relações do patrimônio histórico-arquitetônico e natural na formação da oferta de um turismo que valorize a identidade local. Desta forma, realiza-se e contextualiza-se um amplo inventário desses subsídios encontrados na área definida e do legado do período do ciclo cafeeiro. Elaboram-se material que sintetiza uma proposta de qualificação dos valores definidos pelos moradores como sua identidade quanto aos recortes histórico-culturais estudados. Material este desenvolvido para subsidiar a compreensão do profissional do turismo.

**Palavras-chave:** Recurso turístico. Patrimônio cultural. Planejamento turístico. Identidade. Inventário regional.

### **Introdução**

O conhecimento do recurso é referência para um desenvolvimento sustentável. Nesta pesquisa, analisa-se a formação do patrimônio histórico-arquitetônico da região compreendida entre as metrópoles paulistana e carioca. Investiga-se o patrimônio como possibilidade e fator de visitação cultural.

O recurso cultural, quando adotado como referência de análise, deve ser contextualizado no processo civilizatório. Adotam-se os conceitos da antropologia na definição do povo brasileiro (RIBEIRO, 1995).

Recorte espacial da pesquisa, o Vale do Paraíba é abordado por seus recursos como atrativo turístico. Reflete-se sob uma perspectiva dialética. Nela, tem-se como ponto inicial a região como formadora histórica e espacial do atrativo. Reporta-se ao patrimônio dessa área nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Estudam-se seus estatutos culturais e naturais,

---

<sup>1</sup> Doutor em Geografia-USP, Professor do Programa de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté.

<sup>2</sup> Doutora em Ciência Ambiental-USP, Professora do Curso de Turismo da Universidade Federal de São Carlos.

<sup>3</sup> Doutor em História Econômica-USP, Professor do Programa de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté.

principalmente os recursos estabelecidos ou possibilitados no fausto período do café. O local, rico e denso em história e cultura, define-se como um dos maiores receptores de turistas do país.

Ao analisar os recursos sem trabalhar seus valores subjetivos fada-se a cometer erros comumente adotados no passado. Outra questão importante é que, no turismo, muitas vezes, estuda-se o objeto sem uma construção com os sujeitos envolvidos. Busca-se distanciar-se desta lógica positivista. Adota-se o objeto de estudo como parte de uma complexidade social.

### **Questão de método**

O reconhecimento do patrimônio é condição *sine qua non* para o desenvolvimento e planejamento de um turismo sustentável (VAQUEIRO, 2002; WWF, 2003). Desta forma, deve ser agregado o envolvimento, a valorização e o uso responsável dos recursos relacionados com a atividade turística.

Distante de esgotá-las, parte-se destas como questões norteadoras. A pesquisa tem como referência heurística a comunicação apresentada ao visitante. Arroja-se, entretanto, ao trabalhar com um estatuto prático-conceitual reconhecido, elaborado pelos atores sociais envolvidos com a atividade. Estudam-se as maneiras que se envolve o patrimônio no processo de visitação turística. Inicia-se pesquisando como o patrimônio do Vale do Paraíba está sendo apresentado, ou referenciado, no processo de visitação. Baseia-se numa pesquisa com fundamentação na hermenêutica.

Esta direção metodológica, entretanto, torna-se insustentável quando se observa como a atividade turística trata seus recursos patrimoniais. Observa-se uma desqualificação do patrimônio local pelo turismo. Tal situação fez levantar duas indagações: Quem deve corrigir tais lacunas? Qual o papel do processo turístico, que está colaborando para desvalorizar todo um estatuto cultural? Espera-se dos atores do turismo atitudes contrárias a esta. Resta a esta pesquisa constituir novos aspectos e reproduzir, além de retratar o rumo alterado.

Sabe-se que, muitas vezes, razões diversas levam os pesquisadores a forçar determinada abordagem, quando os resultados encontrados não condizem com o esperado. Não se propõe relatar caminhos ilusórios na pesquisa. Busca-se, sim, questionar a realidade encontrada e apresentar valores para uma mudança baseada nos valores éticos dos

pressupostos que, acredita-se, conferem à atividade uma conduta social satisfatória. Pensa-se, fundamentalmente, no respeito à memória e à identidade local.

Acredita-se que o panorama encontrado justifica-se, pois, quando uma teoria nova ou nova idéia entra em cena, “geralmente se apresenta algo desarticulada, contém contradição, não é clara a relação que se coloca com os fatos, e são abundantes as ambigüidades” (FEYERABEND, 1977, p.288). Redireciona-se a pesquisa para novos objetivos. Espera-se iniciar uma formulação dos valores que podem ser utilizados pelos atores locais. Abordam-se estes como “vítima” da falta de uma formulação consistente no turismo.

Busca-se, então, realizar um estudo iconográfico da paisagem arquitetural da região. Espera-se, assim, reformular e redefinir o inventário turístico, procurando atender ao objetivo de apresentar um estatuto de valorização patrimonial. Espera-se romper com um círculo vicioso de negligenciar o patrimônio existente.

Estudam-se as representações simbólicas do patrimônio vale-paraibano. Tem-se o intuito de reforçar indagações de novos valores que devem contribuir para o profissional de turismo. Somente a divulgação e o desdobramento de tais estudos redimensionarão tais questões.

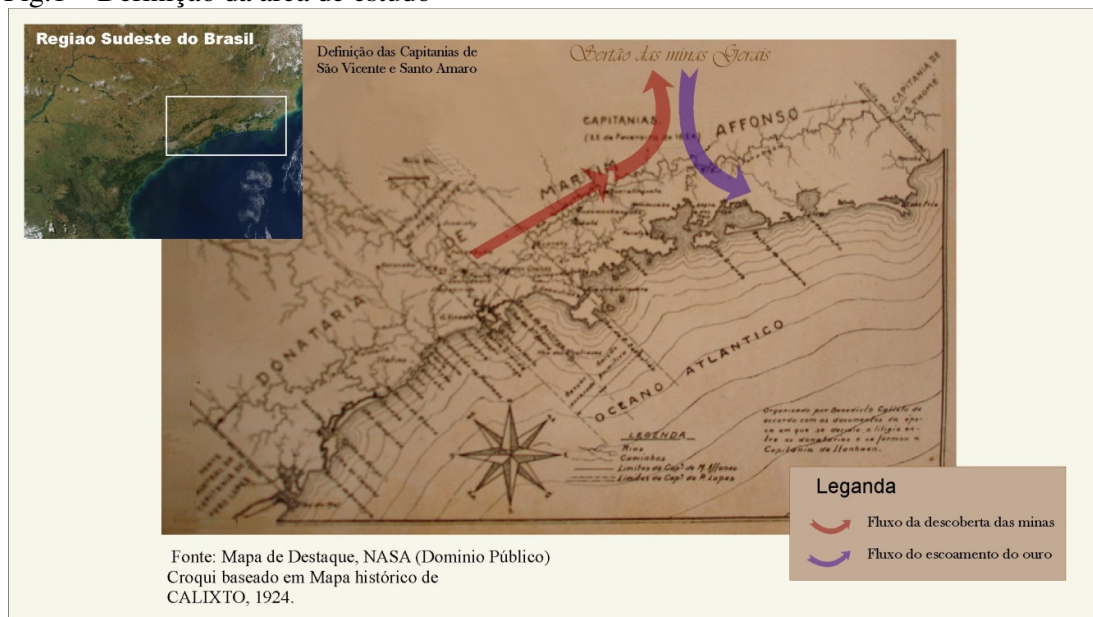
Na pesquisa, define-se a região por recortes espaciais. Justificam-se, também, outros recortes, como dos valores estruturais estudados, por conta de limitações inerentes da pesquisa, mesmo considerando a exaustão com que foi elaborada. Analisam-se as fazendas e cidades fluminenses definidas como de interesse histórico pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural-INEPAC do Rio de Janeiro (INEPAC, 2008a; INEPAC, 2008b e INEPAC, 2008c). Todas as fazendas da cidade de Bananal, e outras da região da Bocaina elencadas pelos órgãos de turismo e patrimônio, além dos bens tombados, deste período, pelo CONDEPHAAT (1998), no restante do Paraíba paulista, são pesquisados.

Observa-se que as fontes secundárias são díspares. O limite de estado define metodologias institucionais adotadas. Torna-se difícil compreender a região por uma abordagem que não seja federativa. Adotam-se estudos com o material disponível e amplia-se uma pesquisa de campo em Bananal (e seu antigo distrito de Arapeí). Justifica-se esta localidade por ser comumente retratada como uma das mais importantes neste ciclo estudado, e por se situar exatamente na divisa dos estados. Desenvolve-se, então, a hipótese nesta localidade.

Adota-se, inicialmente, uma visão weberiana de modelos ideais. Não se espera, entretanto, corresponder exatamente a uma categoria ideal, mas tê-la sujeita à evolução (CUCHE, 2002, p.215). Adota-se, como tipo, a produção arquitetônica e artística definida pela Academia francesa, ou seja, a Escolas de Belas Artes. Estudam-se, assim, as variações. Entretanto, adota-se uma pesquisa dialética das transformações espaciais do patrimônio arquitetônico (CÉSAR, 2007), e, principalmente, suas mudanças estilísticas.

## O objeto cultural

Fig.1 – Definição da área de estudo



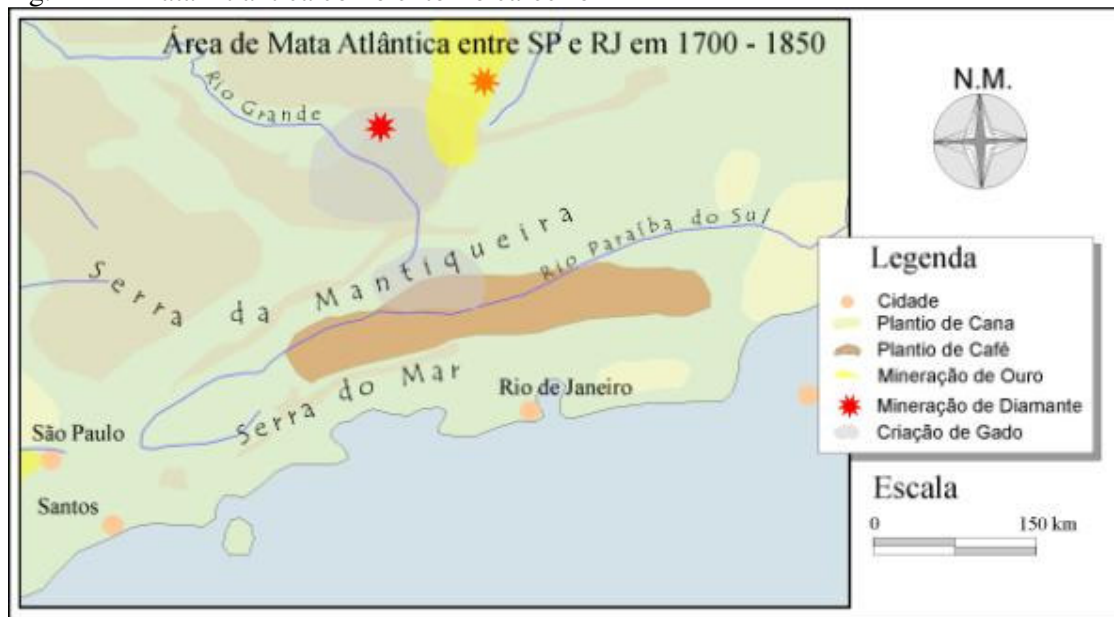
Fonte: Elaborado por CÉSAR (2009)

A presença dos elementos culturais tem sido definida desde a formação dos primeiros aldeamentos das capitâncias hereditárias paulistas, ou seja, de São Vicente e Santo Amaro. Nelas, tinha-se por, motivo central, sua definição segundo necessidades fundiárias. Colabora com esta o interesse de catequese da Igreja Católica. Entretanto, o maior ímpeto se associava à descoberta de pedras e minérios preciosos. A descoberta das minas Gerais, “rasga” o território, do lado paulista do vale do Paraíba do Sul, reforçando o surgimento de povoados e definindo caminhos, rotas e novas condições urbanas e arquitetônicas. Mais tarde, o escoamento de minério consagra o Rio de Janeiro como território português. Une-se este com

as minas Gerais, o que distancia uma configuração como região de estudo (Fig.1). Tem-se, aqui, mais uma definição de suas áreas limítrofes e aspectos da formação histórica.

Entretanto, séculos depois, o café une a região entre Rio de Janeiro e São Paulo por um processo único. Área esta, denominada de Vale do Paraíba, durante todo o período imperial, é berço de um extenso e rico processo sócio-cultural. Nele, formas arquitetônicas, definições urbanas, usos e costumes têm suas próprias peculiaridades. A produção, com uma apropriação em marcha, nesta área, faz-se por esta mesma lógica (Fig.2). Nesse ritmo, remodelam-se os traços culturais, sociais e ambientais.

Fig. 2 – A Mata Atlântica como entorno cafeeiro



Fonte: Elaborado por CÉSAR (2009); Baseado em estudos de DEAN (1996)

### Uma difícil compreensão

Diversas abordagens definem a atividade turística. Todas elas relacionam três elementos: oferta, demanda e deslocamento. Nesta pesquisa, estuda-se o primeiro. Nele, encontra-se o que poderia ser chamado da matéria-prima do turismo.

Constituem a oferta turística todas as formas para propiciar a estada do visitante. Nela, são oferecidas para o sujeito as condições básicas e outras formas de consumo, mas, principalmente, um motivo para o seu deslocamento. O atrativo é, de fato, o recurso essencial para a atividade. Objeto envolto de expectativas, necessidades, valores, que propiciam a visitação. Cada um está agregado de motivação para a visitação, chamada, comumente, de

hierarquia, e pobremente escalonada de um a quatro níveis. São razões e referências de fatores sócio-culturais e que propiciam o fenômeno turístico.

Destes, estudam-se aqueles que têm uma relação memorial com o lugar, o patrimônio (CHOAY, 2000). A necessidade de rigor metodológico, em uma extensa área, força trabalhar o conceito por uma abordagem *stricto sensu*. Adota-se uma perspectiva superestrutural baseada em valores institucionais, embora acredite que os valores memoriais definem melhor a complexidade social.

O turismo, hoje, possui abordagens particulares de análise. São referências específicas, embora não tenha uma epistemologia consolidada (FIGUEIREDO SANTOS, 2002). Existe, porém uma ontologia própria passível de definição. Nela, o turismo compreende uma dimensão que supera sua relação técnica ou científica. O atrativo, por tal abordagem, resulta de uma relação específica, que supera, em muito, valores meramente promocionais. Ele se reforça de qualidades representacionais, entre outras, que impulsionam o processo como um todo. Espera-se, assim, redefinir as abordagens do recurso turístico.

Os recursos culturais são tradutores de uma forte identidade construída ao longo da (sua) história (HENRIQUES, 2003, p.13). Desempenham funções na formação da imagem e da identidade da localidade. A demanda, crescente, busca, neles, produtos diferenciados.

O turismo tem uma tradição de pesquisa embasada na teoria dos sistemas. Embora não tão usada em outras áreas do conhecimento, principalmente das ciências humanas e sociais, essas teorias, no turismo reforçam características teóricas, práticas, multidisciplinares, econômicas. Nesta pesquisa, adota-se uma construção histórico-dialética. Tem-se, por meio deste método, a construção do pensamento epistemológico do planejamento turístico. A introdução do pensamento crítico é uma construção conceitual que vem sendo realizada, principalmente, por autores de língua inglesa (GETZ, 1982). Seus estudos possibilitam tais confrontos metodológicos.

Pensa-se na construção de uma base teórico-metodológica híbrida e contemporânea como necessária. Inicialmente, vê-se que resulta da aquisição de conhecimento de área afim. Incorporam-se valores das ciências ambientais e da sociologia nesta abordagem dialética. Finalmente, e tão necessária, a sua construção tem base numa relação empírico-prática, ou seja, embasando teorias em *práxis*. Tais questões fundamentam os questionamentos atuais do turismo. Adota-se uma relação humanista (MURPHY, 1983, INSKEEP, 1984, ROMERIL, 1985 e PIGRAM e WAHAB, 1997)

O interesse do turismo tem sido trabalhado por uma dicotomia, entre academia e mercado. Este exige apresentações fragmentadas, reportando, muitas vezes, somente a algumas maravilhas (SANTOS, 2004, p.34), o que se contrapõe com a academia. Esta, frequentemente, departamentaliza a discussão, distanciando-se da própria questão da visitação.

Busca-se romper com tais paradoxos. Desta forma, acredita-se que, na qualificação do recurso turístico, encontra-se o fundamento para compreender a atividade de visitação. Parece simples, entretanto, muitas questões envolvidas não são variáveis específicas das suas relações estruturais, mesmo sendo estruturantes, como a expansão urbana desordenada.

Colabora com tal situação o fato de se viver em um país que pouco valoriza o detalhamento técnico e acadêmico. Na abordagem cotidiana (SANTOS, 2002), tal relação é deixada de lado, dando mais ênfase a apelos midiáticos, ou suas reproduções. Somente tais questões já exigem um enorme esforço de superação nos desdobramentos de um planejamento, oferecendo oportunidades para o reconhecimento do ambiente. A visitação deve oferecer o enriquecimento do conhecimento, principalmente, na nossa sociedade, em que os índices de alfabetização são baixos (BRASIL, 2001). Não se espera a preparação de “aulas maçantes”. Pensa-se, sim, em elaborar informação precisa, lúdica, agradável a respeito do patrimônio natural, cultural e social envolvido (VIÑUESA, 2002).

Porém, durante a realização dessa pesquisa foi observada uma realidade mais complexa. Não envolve o como preparar tais informações, embora um longo caminho tenha que ser percorrido, ainda, no turismo nacional em tal direção. Abrange, sim, desfazer-se de informações erroneamente transmitidas. Muitos profissionais, no turismo, têm produzido informação que desvaloriza e afeta negativamente todo o processo turístico.

Para esta pesquisa foram analisados diversos materiais oferecidos ao visitante. Foram levantadas, principalmente, revistas, folhetaria e páginas da internet. Esta região estudada tem como diferencial a reprodução de novas formas do clássico no Brasil e a diversidade de fatos históricos ligados à mata atlântica. Esta área, quase sem exceção, retratada como do período colonial. Pula-se período, desvalorizam-se contextos, cria-se uma confusão.

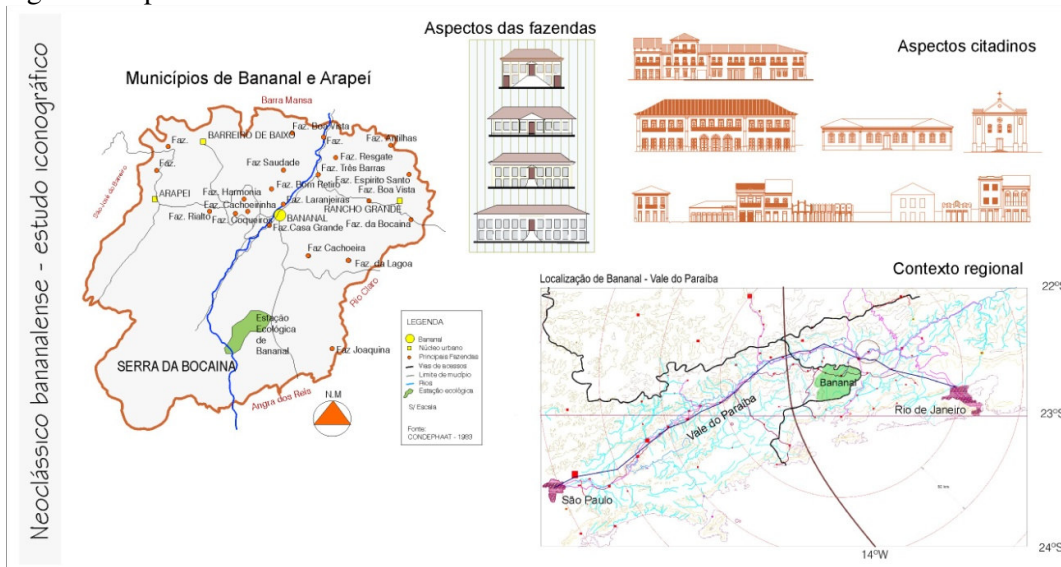
Importante refletir didaticamente. O Colonial reproduz, principalmente, o Jesuítico, o Bandeirismo, o Barroco, o Rococó e, tardiamente, o Pombalino. O Imperial associa-se à reprodução do Clássico. Este tem, como principal referência, a Corte carioca, que irradia usos, costumes, formas numa tríade entre o Clássico, o Imperial e o cafeeiro. Na região fluminense,

e, por influência, a sul mineira e a paraibana paulista suas formas se reproduzem em uma constante dialética. Nela, agregam-se condições, restrições, oportunidades do local e a ordem hegemônica formada. Todos estes são valores do recurso cultural e, porque não, do ambiental e social que precisam ser estudados para constituir um estatuto próprio para o lugar e sua formação no processo imperial. Entretanto, toda esta riqueza é reproduzida em duas palavras: estilo colonial.

## Considerações finais

Ao se deparar com todas estas questões, nota-se uma necessidade de ampliar tais estudos. A Arquitetura (ARGAN, 2005 e ZEVI, 1992), a História (CHOAY, 2000), a Sociologia (BOURDIEU, 2003 e LASH & URRY, 1998), o Urbanismo (LYNCH, 1997), as Ciências Ambientais (OGUM, 1971), a Geografia (TUAN, 1983, FRÉMONT, 1980 e ANDRÉ, 1998) têm contribuído. Entretanto, o turismo como área científica e tecnológica precisa, a largos passos, acompanhá-los. Sua abordagem torna-se necessária como mediadora de informação e conhecimento para o leigo, e, principalmente, para o profissional da área. Todas estas questões apresentadas são valores para o estatuto do planejamento (GETZ, 1982), da comunicação (PELLEGRINI FILHO, 1997), da interpretação patrimonial (MORELES, 1998 e TILDEN, 1967).

Fig. 4 – Proposta síntese



Fonte: Elaborado por CÉSAR (2009)



A exaustão da pesquisa, especificamente, de Bananal, faz definir uma tese: a presença de uma arquitetura neoclássica bananalense (Fig.4). Tal resultado, entretanto, torna-se uma hipótese para uma abrangência maior de toda a região. Acredita-se que esta é uma matriz de um estilo próprio da produção cafeeira, entre outros processos, e suas formas resultantes dos processos econômicos e sociais do país.

O visitante, no Brasil, precisa ser instruído, das bandeiras e compoteiras, das matas de altitudes e samambaias, de folias e catiras. Não basta conhecermos as gárgulas de Paris e as caixas-d'água nova-iorquinas, por exemplo. Devem-se apresentar informações, inclusive, necessárias para contribuir com um reforço de reconhecimento da identidade patrimonial dos moradores, condição elementar para falar em “turismo sustentável”.

### **Referências bibliográficas**

- ANDRÉ, Y. *Enseigner lês représentations spatiales*. Paris: Anthropos, 1998.
- ARGAN, G. C. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- BRASIL, Governo Federal do. *Censo populacional de 2000*. Brasília, Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia. 2001.
- CÉSAR, P. A. B. *As representações do espaço arquitetônico: uma proposta metodológica aplicada ao centro histórico da cidade de São Paulo*. Doutorado, FFLCH-DG-USP, São Paulo: 2007.
- CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. Lisboa: Edições 70. 2000.
- CUCHE, D. *A noção de cultural nas ciências sociais*. 2ed. Bauru: Edusc, 2002.
- DEAN, W. *A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- FEYERABEND, P. *Contra o método: esboço de uma teoria anárquica da teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1977.
- FIGUEIREDO SANTOS, J. M. *Turismo, mosaico de desejos: inclusão sociológica pela cultura turística*. Lisboa: Colibri, 2002.
- FRÉMONT, A. *A região, espaço vivido*. Coimbra: Almedina, 1980.
- GETZ, D. Models in tourism planning toward integration of theory and practice. *Tourism Management*, Elsevier, Amsterdam: 7(1), pp. 21-32, 1982.

- HENRIQUES, C. *Turismo, cidade e cultura: planejamento e gestão sustentável*. Lisboa: Síbaló, 2003.
- INEPAC, Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. *Inventário das fazendas do Vale do Paraíba Fluminense*, tomo I: municípios de Paraíba do Sul e Três Rios. 6ed. Rio de Janeiro: Instituto Cultural Cidade Viva; Inepac, 2008a.
- \_\_\_\_\_. *Inventário das fazendas do Vale do Paraíba Fluminense*, tomo II: municípios de Valença e Rio das Flores. Rio de Janeiro: Instituto Cultural Cidade Viva; 6ed. Inepac, 2008b.
- \_\_\_\_\_. *Inventário das fazendas do Vale do Paraíba Fluminense*, tomo III: municípios de Barra Mansa, Resende, Volta Redonda, Rio Claro, Quatis, Barra do Piraí, Paty do Alferes, Vassouras, Miguel Pereira e Paulo de Frontin. 6ed. Rio de Janeiro: Instituto Cultural Cidade Viva; Inepac, 2008c.
- INSKEEP, E. *Tourism planning: a integrated and sustainable development approach*. Nova York: Van Nostrand Reinhold, 1991.
- LASH, S. e URRY, J. *Economias de signos y espacio: sobre el capitalismo de la posorganización*. Buenos Aires: Amorrortu, 1998.
- LATOUR, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. 2ed. São Paulo: Ed. 34, 1994.
- LYNCH, K. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MORALES, J. *Guía práctica para la interpretación del patrimonio*. Tragsa, Sevilha: Junta de Consejadoría de Cultura, 1998.
- MURPHY, P.E. Tourism as a community industry: a ecological model of tourism development. *Tourism Management*, Elsevier, Amsterdam: 4(3), 1983, pp. 180-193.
- ODUM, E. P. *Fundamentals of ecology*. Filadelfia: Sunders, 1971.
- PIGRAM, J.J.J. e WAHAB. S. (eds). *Tourism, development and growth: the challenge of sustainability*. Londres, Routledge, 1997.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2ed São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- ROMERIL, M. Tourism and the environment: toward a symbiotic relationship. *International Journal of Environmental Studies*, Londres: Routledge, 25(4), 1985: pp.215-218.
- ROSS, J. L. S. *Geografia do Brasil*. 2ed. São Paulo: Edusp, 1998.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ed. São Paulo: Edusp, 2004.

\_\_\_\_\_. *Pensando o espaço do homem*. 5ed. São Paulo: Edusp, 2002.

SÃO PAULO. Conselho de desenvolvimento do patrimônio histórico artístico e arquitetônico do estado de São Paulo (CONDEPHAAT). *Patrimônio cultural paulista: Condephaat, bens tombados, 1968 – 1998*. São Paulo: IOESP, 1998.

TILDEN, F. *Interpreting our heritage*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1967.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.

VIÑUESA, M. Á. T. El patrimonio arquitetónico y urbanístico como recurso turístico. In. MARCHANTE, Joaquim Saúl García e Maria Del Carmem Poyato Holgado. *La función social del patrimonio histórico: El turismo cultural*. Cuenca: Ed. Universidad de Castilla-La Mancha, 2002.

WWF-Brasil. *Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável*. Brasília: Apostila, 2003.

ZEVI, B. *Saber ver a arquitetura*. 3ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.